

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.375 - BA (2019/0009028-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **SERASA S.A**
ADVOGADOS : **CRISTIANO MOTA PEREIRA E OUTRO(S) - BA022741**
ALDANO ATALIBA DE A CAMARGO FILHO - BA001048
MANOEL VELOSO DANTAS NETO - BA049374
AGRAVADO : **UILSON MOURA DE ANDRADE**
ADVOGADO : **JOSÉ RUDIVAL SANTOS DE OLIVEIRA - BA038455**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTE. 1. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA POR PARTE DA ENTIDADE MANTENEDORA DO CADASTRO. IMPRESCINDIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE QUE AS INFORMAÇÕES PROVÊM DE FONTE PÚBLICA, A AFASTAR O DEVER DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA. MODIFICAÇÃO DESSA CONCLUSÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. EXIGÊNCIA DOS ARTS. 1.029, § 1º, DO CPC/2015 E 255, § 1º, DO RISTJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Serasa S.A. contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Denota-se dos autos que a ação de conhecimento proposta por Uilson Moura de Andrade em desfavor da ora recorrente foi julgada procedente para declarar a inexistência do débito, determinar que a requerida proceda à exclusão do nome do requerente do cadastro de proteção ao crédito e condenar a ré ao pagamento de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais.

Inconformada, a ré interpôs apelação, a qual foi desprovida pela Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, consoante se depreende do julgado assim ementado (e-STJ, fl. 129):

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA DOS DADOS DO CONSUMIDOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO

CRÉDITO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. NECESSIDADE. ART. 43, §2º, CDC. DANO MORAL *IN RE IPSA*. PRECEDENTES DO STJ. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. A inscrição indevida do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito gera dano moral *in re ipsa*, ou seja, presumido. Assim, configurando-se a ilegalidade da negativação, ele terá direito à indenização

2. Nos termos do art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor e segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a prévia notificação ao consumidor acerca da abertura de registro negativo em seu nome é obrigatória.

3. Atinente ao *quantum* indenizatório, constata-se que o importe de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mostra-se razoável e proporcional ao dano sofrido pela apelada, cumprindo satisfatoriamente as funções pedagógica, punitiva e ressarcitória da indenização.

Os embargos de declaração opostos pela ora demandante foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente alegou a existência de divergência jurisprudencial e de violação ao art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, sustentando, em síntese, não haver ato ilícito indenizável, por ela praticado, uma vez que, sendo as anotações provenientes de fonte pública, é dispensável a comunicação prévia do consumidor acerca da inscrição do seu nome no cadastro de inadimplente, consoante o entendimento exarado no REsp repetitivo n. 1.444.469/DF.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso por entender ser aplicável a Súmula 7/STJ à espécie, além de não ter sido demonstrado o dissídio pretoriano nos moldes legais e regimentais exigidos. À vista dessa negativa, interpõe a agravante o presente agravo, no qual refuta os citados óbices.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, decidiu a Segunda Seção desta Casa, no âmbito do REsp 1.061.134/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, que "os órgãos mantenedores de cadastros possuem legitimidade passiva para as ações que buscam a reparação dos danos morais e materiais decorrentes da inscrição, sem prévia notificação, do nome de devedor em seus cadastros restritivos" (REsp 1.061.134/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 10/12/2008, DJe 1º/4/2009).

Na hipótese, a Corte *a quo* aplicou esse entendimento, sem nem sequer fazer ressalva quanto à alegação de que a inscrição provém de fonte pública, no intuito de fazer distinção entre a necessidade ou não de comunicação prévia ao devedor, a respeito da inscrição do seu nome no cadastro de inadimplente, por parte da entidade mantenedora desse cadastro ora recorrente.

Logo, não há como suplantar a conclusão exarada no aresto hostilizado e acolher a tese recursal formulada pela ora insurgente (no sentido de aferir a origem das informações que ensejaram a inscrição do nome do devedor, ora recorrido, no cadastro de inadimplente, e afastar, por conseguinte, o reconhecido dever de indenizar), pois tais providências demandariam o revolvimento do conjunto fático-probatório do feito, o que não se admite nesta instância extraordinária, em razão da incidência da Súmula 7/STJ.

Outrossim, não prospera o inconformismo, tendo em vista a ausência de similitude fática entre os arestos confrontados - porquanto não evidenciado que as informações que lastrearam a inscrição do nome do recorrido no cadastro de inadimplente são oriundas de fonte pública -, o que é exigido pelos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 1º, do Regimento Interno desta Corte.

Nesse contexto, mostra-se inaplicável ao caso a tese constante do REsp repetitivo n. 1.444.469/DF.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator